

# Sumário

<b>Capítulo 1 – Das Normas Processuais Cíveis</b> .....	1
1.1. Das normas fundamentais .....	1
1.1.1. Princípios.....	2
1.1.1.1. Princípio da demanda .....	2
1.1.1.2. Princípio do acesso à justiça .....	3
1.1.1.3. Princípio da razoável duração do processo .....	6
1.1.1.4. Princípio da boa-fé.....	11
1.1.1.5. Princípio da cooperação.....	12
1.1.1.6. Princípio da igualdade processual e do contraditório.....	13
1.1.1.7. Princípios da dignidade da pessoa humana e do bem comum, da proporcionalidade, da razoabilidade, da legalidade, da publicidade e da eficiência.....	14
1.1.1.8. Princípio da cronologia .....	16
1.1.1.9. Princípio do devido processo legal.....	18
1.1.1.10. Princípio da economia processual .....	19
1.1.1.11. Princípio do juiz natural.....	19
1.2. Da aplicação das normas processuais. Regência.....	20
1.2.1. Direito intertemporal.....	21
1.2.2. Aplicação subsidiária e supletiva do Código de Processo Civil .....	21
<b>Capítulo 2 – Da Função Jurisdicional</b> .....	23
2.1. Da jurisdição.....	23
2.1.1. Conceito e natureza jurídica .....	23
2.1.2. Características da jurisdição .....	25
2.1.3. Jurisdição civil.....	26
2.1.3.1. Espécies de jurisdições cíveis.....	26
2.1.4. Jurisdição e competência.....	27
2.1.5. Características da jurisdição voluntária .....	28
2.2. Ação .....	29
2.2.1. Conceito e natureza jurídica .....	29
2.2.2. Teoria imanentista ou civilista.....	29
2.2.3. A teoria concretista .....	29
2.2.4. A teoria abstratista.....	30
2.2.5. Teoria eclética.....	31
2.2.6. Teoria da asserção.....	31
2.2.7. Condições da ação.....	32
2.2.7.1. Interesse de agir.....	35
2.2.7.2. Legitimidade das partes.....	36

2.2.8.	Elementos da ação.....	40
2.2.8.1.	Partes.....	40
2.2.8.2.	Causa de pedir.....	41
2.2.8.3.	Pedido.....	41
2.2.9.	Pressupostos processuais.....	44
2.2.9.1.	Pressupostos processuais subjetivos.....	45
2.2.9.2.	Pressupostos processuais objetivos.....	45
2.2.9.3.	Perempção, litispendência e coisa julgada.....	46
2.2.9.4.	Convenção de arbitragem e reconhecimento da competência arbitral..	47
2.3.	Dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional.....	48
2.3.1.	Dos limites da jurisdição nacional.....	48
2.3.2.	Da cooperação internacional.....	50
2.3.2.1.	Auxílio direto.....	51
2.3.2.2.	Carta rogatória.....	52
2.3.2.3.	Disposições comuns.....	52
2.4.	Da competência interna.....	53
2.4.1.	Da competência interna. Disposições gerais.....	53
2.4.2.	União.....	54
2.4.3.	Estado ou Distrito Federal.....	55
2.4.4.	Direito pessoal ou real sobre imóveis.....	56
2.4.5.	Execução fiscal.....	57
2.4.6.	Direito real sobre imóveis.....	57
2.4.7.	Foro de sucessão.....	57
2.4.8.	Demais competências.....	58
2.4.9.	Da modificação de competência.....	58
2.4.9.1.	Conexão.....	59
2.4.9.2.	Continência.....	60
2.4.9.3.	Ação acessória.....	61
2.4.9.4.	Modificação negocial de competência.....	61
2.4.10.	Da incompetência.....	61
2.4.11.	Conflito de competência.....	62
2.4.12.	Da cooperação nacional. Generalidades.....	63
<b>Capítulo 3 – Dos Sujeitos do Processo.....</b>		<b>65</b>
3.1.	Das partes e dos procuradores.....	65
3.1.1.	Da capacidade processual.....	65
3.1.1.1.	Representação e assistência. Curador.....	67
3.1.1.2.	Cônjuge.....	68
3.1.1.3.	Representação em juízo.....	69
3.1.1.4.	Regime de suprimento.....	70
3.1.2.	Dos deveres da parte, dos procuradores e dos participantes do processo.....	70
3.1.2.1.	Dever de urbanidade.....	74
3.1.2.2.	Da responsabilidade das partes por dano processual.....	74
3.1.2.2.1.	Litigância de má-fé.....	75
3.1.2.3.	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas. Das despesas.....	77
3.1.2.3.1.	Honorários. Generalidades.....	80
3.1.2.3.2.	Honorários no cumprimento de sentença e execução... ..	82
3.1.2.3.3.	Parâmetros.....	83
3.1.2.3.4.	Fazenda Pública.....	85

3.1.2.3.5.	Ato ilícito.....	87
3.1.2.3.6.	Honorários recursais .....	88
3.1.2.3.7.	Titularidade e verba alimentar .....	89
3.1.2.3.8.	Sociedade de advogados.....	91
3.1.2.3.9.	Causa própria .....	91
3.1.2.3.10.	Omissão na fixação da verba honorária.....	91
3.1.2.3.11.	Advogado público .....	92
3.1.2.3.12.	Sucumbência recíproca .....	92
3.1.2.3.13.	Desistência, renúncia ou reconhecimento do pedido....	94
3.1.2.3.14.	Repropositura .....	96
3.1.2.3.15.	Assistente.....	96
3.1.2.3.16.	Juros .....	96
3.1.2.3.17.	Caução .....	97
3.1.2.4.	Da gratuidade da justiça. Generalidades.....	97
3.1.2.4.1.	Beneficiários .....	97
3.1.2.4.2.	Abrangência .....	98
3.1.2.4.3.	Exclusões .....	99
3.1.2.4.4.	Procedimento .....	99
3.1.2.4.5.	Impugnação .....	102
3.1.2.4.6.	Recurso.....	102
3.1.3.	Dos procuradores. Generalidades.....	103
3.1.4.	Sucessão das partes.....	105
3.1.5.	Sucessão dos procuradores.....	105
3.2.	Do litisconsórcio .....	106
3.2.1.	Generalidades .....	106
3.2.2.	Classificação .....	106
3.3.	Intervenção de terceiros.....	112
3.3.1.	Partes e terceiros.....	112
3.3.1.1.	Da assistência.....	114
3.3.1.2.	Intervenção anômala .....	119
3.3.1.3.	Da denúncia da lide .....	120
3.3.1.4.	Chamamento ao processo.....	124
3.3.1.5.	Incidente de descon sideração de personalidade jurídica ( <i>disregard of legal entity doctrine</i> ) .....	126
3.3.1.6.	<i>Amicus curiae</i> .....	130
3.4.	Do juiz e dos auxiliares da justiça .....	134
3.4.1.	Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do Juiz. Condutas do juiz.....	134
3.4.1.1.	Indeclinabilidade da jurisdição .....	141
3.4.1.2.	Limites .....	141
3.4.1.3.	Processo simulado.....	142
3.4.1.4.	Responsabilidade civil .....	142
3.4.1.5.	Dos impedimentos e da suspeição.....	143
3.4.1.6.	Dos auxiliares da justiça .....	147
3.4.1.7.	Do ofício de justiça e dos Oficiais de Justiça .....	147
3.4.1.8.	Do perito .....	148
3.4.1.9.	Do depositário e do administrador .....	148
3.4.1.10.	Do intérprete e do tradutor.....	149
3.4.1.11.	Dos conciliadores e mediadores judiciais.....	150
3.4.1.12.	Responsabilidade civil dos auxiliares de justiça.....	151
3.5.	Do Ministério Público.....	153

3.6.	Da Advocacia Pública.....	158
3.7.	Da Defensoria Pública.....	160
3.7.1.	Seções comuns .....	163
3.7.1.1.	Prazo e intimação pessoal .....	163
3.7.1.2.	Responsabilidade civil .....	164
<b>Capítulo 4 – Dos Atos Processuais</b> .....		<b>167</b>
4.1.	Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais .....	167
4.1.1.	Da forma dos atos processuais.....	167
4.1.1.1.	Dos atos em geral.....	167
4.1.1.2.	Princípio da liberdade das formas .....	168
4.1.1.3.	Princípio da publicidade .....	168
4.1.1.4.	Negócio processual .....	169
4.1.1.5.	Língua portuguesa .....	173
4.1.1.6.	Da prática eletrônica de atos processuais.....	173
4.1.1.7.	Dos atos das partes. Eficácia .....	175
4.1.1.8.	Dos pronunciamentos do juiz. Generalidades .....	176
4.1.1.8.1.	Sentença.....	176
4.1.1.8.2.	Decisão interlocutória .....	176
4.1.1.8.3.	Despachos .....	177
4.1.1.8.4.	Atos ordinatórios.....	177
4.1.1.8.5.	Acórdão .....	177
4.1.2.	Do tempo e lugar dos atos processuais .....	178
4.1.2.1.	A razoável duração do processo e o tempo dos atos processuais .....	178
4.1.2.2.	Dias úteis, feriados e férias forenses .....	179
4.1.2.3.	Horário dos atos processuais .....	180
4.1.2.4.	O lugar dos atos processuais.....	180
4.1.3.	Dos prazos processuais .....	181
4.1.3.1.	Espécies .....	181
4.1.3.2.	Termo inicial e termo final do prazo .....	184
4.1.3.3.	Conceito de tempestividade.....	185
4.1.3.4.	Preclusão temporal.....	192
4.1.3.4.1.	Preclusão e direitos indisponíveis.....	193
4.1.3.4.2.	Preclusão e matérias de ordem pública .....	193
4.1.3.4.3.	Preclusão e prazos dilatórios .....	194
4.1.3.5.	Justa causa .....	194
4.1.3.6.	Renúncia ao prazo.....	195
4.1.3.7.	Prazos para o juiz.....	196
4.1.3.8.	Prazos para os serventuários .....	197
4.1.3.8.1.	Verificação dos prazos e penalidades. Descumprimento por serventuário .....	198
4.1.3.8.2.	Descumprimento por advogado, defensor público ou membro do Ministério Público.....	199
4.1.3.8.3.	Descumprimento pelo juiz ou relator .....	200
4.2.	Da comunicação dos atos processuais.....	200
4.2.1.	Disposições gerais.....	200
4.2.2.	Comunicação dos atos processuais .....	201
4.2.3.	Citação. Considerações.....	201
4.2.3.1.	A citação por meio eletrônico .....	201
4.2.3.2.	A citação como pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo .....	202

4.2.3.3.	Momento da citação .....	203
4.2.3.4.	Comparecimento espontâneo do sujeito passivo.....	203
4.2.3.5.	A citação como ato de integração litisconsorcial.....	203
4.2.3.6.	Efeitos. Competência do órgão jurisdicional .....	204
4.2.3.6.1.	Prevenção da competência.....	205
4.2.3.6.2.	Constituição em mora .....	206
4.2.3.6.3.	Interrupção da prescrição .....	207
4.2.3.6.4.	Litispêndência .....	208
4.2.3.6.5.	Litigiosidade .....	209
4.2.3.7.	Trânsito em julgado da sentença e intimação do réu.....	209
4.2.3.8.	Citação pessoal.....	209
4.2.3.9.	As pessoas incapazes.....	211
4.2.3.9.1.	Citando mentalmente incapaz ou impossibilitado de receber a citação .....	212
4.2.3.10.	As inovações trazidas pelo Código de Processo Civil no tocante à citação.....	213
4.2.3.11.	As formas de citação.....	213
4.2.3.12.	A preferência legal à citação postal.....	214
4.2.3.13.	Ações de estado .....	214
4.2.3.14.	Pessoa jurídica de direito público .....	215
4.2.4.	Dos atos de cooperação. Cartas de ordem, precatória e rogatória. Carta arbitral...	215
4.2.5.	Intimação.....	216
4.3.	Das nulidades .....	217
4.3.1.	Generalidades .....	217
4.3.2.	Invalidades processuais.....	217
<b>Capítulo 5 – Da Tutela Provisória .....</b>		<b>221</b>
5.1.	Tutela antecipada satisfativa e cautelar de urgência .....	221
5.1.1.	Tutela provisória – Novo sistema .....	221
5.1.2.	Fungibilidade da tutela provisória – Satisfativa e cautelar .....	222
5.1.3.	Tutela provisória de urgência – Requisitos .....	223
5.1.4.	Concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública .....	224
5.1.5.	Tutela cautelar .....	225
5.1.6.	Eficácia (pendência e suspensão do processo) .....	227
5.1.7.	Medidas de efetivação e procedimento. Responsabilidade civil.....	228
5.1.8.	Recurso cabível .....	231
5.1.9.	Rito e estabilização da tutela antecipada antecedente.....	231
5.1.10.	Rito da tutela antecipada cautelar.....	239
5.2.	Tutela de evidência.....	240
<b>Capítulo 6 – Da Formação, Suspensão e Extinção do Processo.....</b>		<b>243</b>
6.1.	Formação do processo.....	243
6.2.	Suspensão do processo .....	246
6.3.	Extinção do processo.....	253
<b>Capítulo 7 – Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença.....</b>		<b>255</b>
7.1.	Procedimento comum.....	256
7.1.1.	Disposições gerais.....	256
7.1.2.	Da petição inicial.....	257
7.1.2.1.	Emenda ou complementação. Sanabilidade .....	260

7.1.2.2.	Do indeferimento da petição inicial.....	261
7.1.3.	Da improcedência liminar do pedido.....	263
7.1.4.	Da audiência de conciliação ou de mediação .....	265
7.1.5.	Da contestação .....	266
7.1.5.1.	Prazo .....	267
7.1.5.2.	Conteúdo.....	268
7.1.5.3.	A nomeação à autoria .....	273
7.1.5.4.	A incompetência relativa como fundamento de contestação.....	274
7.1.5.5.	Distribuição da contestação.....	275
7.1.5.6.	O ônus da impugnação especificada.....	275
7.1.5.7.	Da revelia.....	277
7.1.6.	Da reconvenção .....	279
7.1.7.	Das providências preliminares e saneamento. Do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.....	280
7.1.7.1.	Do saneamento e da organização do processo.....	281
7.1.8.	Do julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo .....	282
7.1.8.1.	Julgamento antecipado de mérito .....	282
7.1.8.2.	Julgamento antecipado parcial de mérito .....	283
7.1.9.	A fase instrutória .....	284
7.1.9.1.	A audiência de instrução e julgamento .....	285
7.1.9.1.1.	A ordem de produção das provas orais.....	294
7.1.9.1.2.	Os debates .....	296
7.1.9.1.3.	O termo de audiência .....	298
7.1.10.	Das provas. Teoria geral.....	299
7.1.10.1.	Conceito .....	301
7.1.10.2.	Prova emprestada.....	301
7.1.10.3.	Presunção legal .....	302
7.1.10.4.	Ônus da prova.....	303
7.1.10.5.	Negócio processual probatório.....	310
7.1.10.6.	Da produção antecipada da prova como medida autônoma.....	310
7.1.10.7.	Meios de prova .....	312
7.1.10.7.1.	Ata notarial .....	313
7.1.10.7.2.	Depoimento pessoal .....	313
7.1.10.7.3.	Confissão.....	315
7.1.10.7.4.	Exibição de documento.....	317
7.1.10.7.5.	Prova documental .....	319
7.1.10.7.6.	Documento eletrônico.....	326
7.1.10.7.7.	Prova testemunhal .....	326
7.1.10.7.8.	Prova pericial.....	331
7.1.10.7.9.	Inspeção judicial.....	334
7.1.11.	Da sentença .....	334
7.1.11.1.	Disposições gerais .....	334
7.1.11.2.	Espécies .....	335
7.1.11.3.	Princípio da primazia do pronunciamento de mérito .....	345
7.1.11.4.	Sentenças terminativas e sentenças definitivas .....	346
7.1.11.4.1.	Pronunciamentos terminativos.....	347
7.1.11.4.2.	Pronunciamentos de mérito .....	357
7.1.11.5.	Elementos essenciais (ou estruturais) da sentença. Generalidades....	361
7.1.11.5.1.	Relatório.....	362
7.1.11.5.2.	Fundamentação.....	363

	7.1.11.5.3. Dispositivo .....	368
	7.1.11.6. O mérito da causa .....	369
	7.1.11.7. O princípio da congruência ou da correlação .....	370
	7.1.11.7.1. Espécies de ofensa à congruência .....	371
	7.1.11.7.2. Decisão certa e relação jurídica condicional .....	373
	7.1.11.7.3. Fato superveniente e julgamento .....	374
	7.1.11.7.4. A publicação da sentença e a alteração .....	377
	7.1.11.8. Hipoteca judiciária.....	378
	7.1.11.9. Remessa necessária .....	381
	7.1.11.10. Tutela específica nas ações relativas às prestações de fazer ou de não fazer.....	390
	7.1.11.10.1. A imposição de multa.....	392
	7.1.11.10.2. Tutela inibitória .....	392
	7.1.11.10.3. Tutela específica na ação para entrega de coisa.....	393
	7.1.11.10.4. Tutela reparatória.....	394
	7.1.11.10.5. Ação que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade.....	395
	7.1.11.11. Da coisa julgada.....	396
	7.1.11.11.1. Limites objetivos da coisa julgada.....	397
	7.1.11.11.2. Limites subjetivos da coisa julgada .....	404
	7.1.11.11.3. Preclusão .....	407
	7.1.11.11.4. Termo da coisa julgada.....	410
	7.1.12. Da liquidação de sentença.....	412
	7.1.12.1. Espécies .....	413
	7.1.12.2. Honorários .....	415
	7.1.12.3. Recurso .....	415
7.2.	Do cumprimento de sentença .....	416
	7.2.1. Disposições gerais.....	416
	7.2.2. Títulos executivos judiciais .....	422
	7.2.3. Do cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Provisoriedade .....	426
	7.2.4. Do cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade da obrigação de pagar quantia certa.....	432
	7.2.5. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade da obrigação de prestar alimentos .....	441
	7.2.6. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	445
	7.2.7. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou entregar coisa .....	446
	7.2.7.1. Do cumprimento de sentença de deveres de fazer e não fazer .....	447
	7.2.7.2. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	448
7.3.	Procedimentos especiais .....	448
	7.3.1. Generalidades e características.....	448
	7.3.2. Os procedimentos especiais no Código de Processo Civil.....	451
	7.3.3. Outras espécies. Depósito extrajudicial e hipóteses de cabimento .....	453
	7.3.4. A ação de consignação em pagamento. Extinção da obrigação pela via judicial ...	456
	7.3.4.1. Ação de consignação em pagamento fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito.....	464
	7.3.4.2. Enfitese civil e enfitese administrativa: resgate do aforamento .....	465
	7.3.5. A ação de exigir contas .....	466

7.3.6.	Ações possessórias.....	470
7.3.6.1.	As ações de manutenção e reintegração de posse. Generalidades.....	477
7.3.6.2.	O interdito proibitório. Generalidades.....	481
7.3.7.	Ação de divisão e ação de demarcação de terras particulares. Generalidades.....	481
7.3.7.1.	Ação demarcatória .....	486
7.3.7.2.	Ação divisória .....	489
7.3.8.	Ação de dissolução parcial de sociedade. Generalidades.....	492
7.3.8.1.	As hipóteses de dissolução parcial da sociedade.....	496
7.3.8.2.	Procedimento .....	497
7.3.9.	Inventário e partilha. Generalidades.....	499
7.3.9.1.	Inventário. Generalidades .....	500
7.3.9.2.	Partilha .....	503
7.3.9.3.	Arrolamento.....	510
7.3.9.4.	Sobrepartilha .....	513
7.3.10.	Embargos de terceiro. Responsabilidade patrimonial.....	514
7.3.11.	Oposição. Natureza jurídica.....	520
7.3.12.	Habilitação.....	525
7.3.13.	Ações de família. A família nas Constituições brasileiras.....	528
7.3.14.	Ação monitória. Generalidades .....	534
7.3.15.	Homologação do penhor legal. Generalidades.....	549
7.3.16.	Regulação de avaria grossa. Generalidades.....	552
7.3.17.	Restauração de autos. Generalidades.....	556
7.3.18.	A jurisdição voluntária .....	559
7.3.18.1.	Emancipação.....	564
7.3.18.2.	Sub-rogação .....	564
7.3.18.3.	Alienação, arrendamento ou oneração de bens de crianças ou adolescentes, de órfãos e de interditos.....	565
7.3.18.4.	Alienação, locação e administração da coisa comum .....	565
7.3.18.5.	Alienação de quinhão em coisa comum .....	566
7.3.18.6.	Extinção de usufruto e de fideicomisso.....	566
7.3.18.7.	Outras hipóteses.....	568
7.3.18.8.	Notificação e interpelação.....	568
7.3.18.9.	Alienação judicial.....	571
7.3.18.10.	Divórcio e separação consensuais.....	574
7.3.18.11.	União estável.....	577
7.3.18.12.	Separção, divórcio e extinção da união estável pela via administrativa.....	580
7.3.18.13.	Regime de bens entre cônjuges.....	580
7.3.18.14.	Testamentos e codicilos. Conceito de testamento .....	591
7.3.18.14.1.	O testamentário .....	595
7.3.18.15.	Herança jacente, conceito .....	598
7.3.18.16.	Bens dos ausente. Ausência civil. Conceito .....	603
7.3.18.17.	Coisas vagas. Conceito de descoberta .....	607
7.3.18.18.	Interdição. Conceito .....	609
7.3.18.19.	Tutela e curatela.....	622
7.3.18.19.1.	Tutela .....	622
7.3.18.19.2.	Curatela .....	622
7.3.18.20.	Fiscalização das fundações. Conceito de fundação. ....	622
7.3.18.21.	Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	625



<b>Capítulo 8 – Processo de Execução</b> .....	629
8.1. Da execução em geral.....	629
8.1.1. Disposições gerais.....	629
8.1.2. Das partes na execução.....	633
8.1.3. Da competência.....	636
8.1.4. Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução. Do título executivo.....	637
8.1.4.1. Dos requisitos do título executivo.....	645
8.1.4.2. Dos títulos executivos.....	648
8.1.4.3. Responsabilidade objetiva pelo fato da execução.....	650
8.1.5. Da responsabilidade patrimonial. Generalidades.....	651
8.1.5.1. Sujeitos da responsabilidade patrimonial.....	653
8.1.5.2. Bens com alienação ou gravação com ônus real. Reconhecimento em ação autônoma. Fraude contra credores.....	655
8.1.5.3. Do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.....	655
8.1.5.4. Bem imóvel sob regime de superfície.....	657
8.1.5.5. Fraude à execução. Tipologia.....	658
8.1.5.6. Direito de retenção.....	663
8.1.5.7. Benefício de ordem.....	663
8.1.5.8. Responsabilidade do espólio.....	664
8.2. Das diversas espécies de execução.....	664
8.2.1. Disposições gerais.....	664
8.2.2. Da execução para entrega de coisa.....	670
8.2.2.1. Entrega de coisa certa.....	670
8.2.2.2. Entrega de coisa incerta.....	672
8.2.3. Da execução das obrigações de fazer ou não fazer.....	673
8.2.3.1. Disposições comuns.....	673
8.2.3.2. Obrigação de fazer.....	674
8.2.3.3. Obrigação de não fazer.....	675
8.2.4. Da execução por quantia certa.....	675
8.2.4.1. Generalidades.....	675
8.2.4.2. Execução – Despacho inicial. Providências iniciais.....	676
8.2.4.3. A averbação da distribuição da execução e o direito de preferência..	676
8.2.4.3.1. Averbação e fraude à execução.....	679
8.2.4.4. Citação.....	681
8.2.4.5. Da penhora, do depósito e da avaliação. Do objeto da penhora.....	682
8.2.4.5.1. Adequação da penhora à soma buscada na execução....	683
8.2.4.5.2. Impenhorabilidade.....	683
8.2.4.5.2.1. Impenhorabilidade relativa.....	688
8.2.4.5.3. Ordem de preferência.....	688
8.2.4.5.4. Ineficácia da penhora.....	690
8.2.4.5.5. Documentação da penhora, registro e depósito.....	690
8.2.4.5.6. Modificações de penhora.....	693
8.2.4.5.7. Alienação antecipada dos bens penhorados.....	697
8.2.4.5.8. Penhora <i>on-line</i> .....	697
8.2.4.5.9. Penhora de créditos.....	701
8.2.4.5.10. Penhora de quotas ou ações de sociedades personifi- cadas.....	702
8.2.4.5.11. Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	702

8.2.4.5.12.	Penhora de percentual de faturamento de empresa .....	703
8.2.4.5.13.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	704
8.2.4.5.14.	Avaliação .....	705
8.2.4.6.	Da expropriação .....	706
8.2.4.6.1.	Adjudicação de bens .....	708
8.2.4.6.2.	Alienação por iniciativa particular .....	710
8.2.4.6.3.	Arrematação: conceito, natureza jurídica e efeitos .....	712
8.2.4.6.3.1.	Preço vil .....	716
8.2.4.6.3.2.	Pagamento. Arrematante .....	717
8.2.4.6.3.3.	Parcelamento .....	717
8.2.4.6.3.4.	Remissão .....	718
8.2.4.6.3.5.	Falta de pagamento do preço .....	719
8.2.4.6.3.6.	Formalização da arrematação .....	719
8.2.4.6.3.7.	Arrematação – Anulação .....	720
8.2.4.7.	Satisfação do crédito .....	722
8.2.5.	Da execução contra a Fazenda Pública. Abrangência .....	723
8.2.5.1.	Procedimento .....	724
8.2.5.2.	Embargos à execução contra a Fazenda Pública .....	727
8.2.6.	Da execução de alimentos .....	728
8.3.	Dos embargos à execução .....	730
8.3.1.	Natureza .....	730
8.3.2.	Procedimento .....	730
8.3.3.	Limites de cognição .....	735
8.3.4.	Rejeição liminar dos embargos .....	738
8.3.5.	Embargos. Efeitos .....	740
8.3.6.	Embargos – Impugnação .....	743
8.4.	Da suspensão e extinção do processo de execução .....	747
8.4.1.	Da suspensão .....	747
8.4.2.	Da extinção da execução .....	753
<b>Capítulo 9 – Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais.....</b>		<b>755</b>
9.1.	Da ordem dos processos nos tribunais e dos processos de competência originária dos tribunais .....	755
9.1.1.	Disposições gerais. Precedentes judiciais no Código de Processo Civil .....	755
9.1.2.	Ordem. Distribuição .....	759
9.1.2.1.	Poderes do relator .....	759
9.1.2.2.	Fato superveniente em segundo grau de jurisdição .....	763
9.1.2.3.	Publicação de pauta e ordem de julgamento .....	764
9.1.2.4.	Saneamento recursal .....	766
9.1.2.5.	Da técnica de julgamento estendido, no caso de julgamento por maioria de votos .....	766
9.1.2.6.	Acórdão .....	769
9.1.3.	Do incidente de assunção de competência. Considerações gerais .....	770
9.1.3.1.	Pressupostos .....	771
9.1.3.2.	Procedimento .....	772
9.1.4.	Do incidente de arguição de inconstitucionalidade. Generalidades .....	773
9.1.5.	Do conflito de competência. Generalidades .....	775
9.1.6.	Da homologação de decisão estrangeira e da concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória. Considerações .....	778

9.1.7.	Da ação rescisória. Considerações .....	780
9.1.7.1.	Competência .....	781
9.1.7.2.	Cabimento .....	782
9.1.7.3.	Legitimidade – Partes e terceiros na ação rescisória .....	791
9.1.7.4.	Petição inicial – Requisitos genéricos e específicos. O depósito prévio...	794
9.1.7.5.	Tutela antecipada.....	796
9.1.7.6.	Procedimento .....	797
9.1.7.7.	Prazo .....	799
9.1.7.8.	Decisão parcial de mérito na rescisória.....	800
9.1.7.9.	Ação anulatória. Distinção entre rescisória e anulatória .....	801
9.1.7.9.1.	Cabimento.....	802
9.1.7.9.2.	Legitimidade.....	804
9.1.7.9.3.	<i>Querela nullitatis</i> . Considerações gerais.....	805
9.1.8.	Do incidente de resolução de demandas repetitivas. Considerações gerais.....	806
9.1.8.1.	Requisitos.....	807
9.1.8.2.	Legitimidade e competência.....	808
9.1.8.3.	Publicidade.....	809
9.1.8.4.	Procedimento .....	809
9.1.8.5.	Efeitos .....	811
9.1.8.6.	Revisão e modificação da decisão .....	811
9.1.9.	Da reclamação. Natureza jurídica .....	812
9.1.9.1.	Prazo .....	814
9.1.9.2.	Legitimidade .....	814
9.1.9.3.	Cabimento.....	815
9.1.9.4.	Relator.....	817
9.1.9.5.	Julgamento .....	817
9.2.	Dos recursos .....	818
9.2.1.	Teoria geral.....	818
9.2.1.1.	Princípios .....	819
9.2.1.2.	Juízo de admissibilidade.....	820
9.2.1.3.	Efeitos dos recursos. Devolutividade.....	820
9.2.1.3.1.	Efeito suspensivo.....	820
9.2.1.3.2.	Efeito substitutivo .....	821
9.2.1.3.3.	Efeito translativo .....	822
9.2.1.3.4.	Efeito expansivo .....	822
9.2.1.4.	Legitimidade e interesse.....	822
9.2.1.5.	Admissibilidade recursal.....	823
9.2.1.6.	Recurso adesivo.....	824
9.2.1.7.	Desistência do recurso e renúncia ao direito de recorrer .....	825
9.2.1.8.	Atos recorríveis.....	825
9.2.1.9.	Recurso total ou parcial.....	826
9.2.1.10.	Prazo .....	826
9.2.1.11.	Litisconsórcio e recurso.....	829
9.2.1.12.	Preparo .....	829
9.2.2.	Da apelação. Cabimento .....	830
9.2.2.1.	Procedimento .....	831
9.2.3.	Do agravo de instrumento. Cabimento .....	836
9.2.3.1.	Procedimento .....	840
9.2.4.	Do agravo interno. Cabimento .....	841
9.2.4.1.	Procedimento .....	841

9.2.5.	Dos embargos de declaração. Cabimento .....	843
9.2.5.1.	Procedimento .....	844
9.2.6.	Dos recursos para o STF e para o STJ.....	846
9.2.6.1.	Do recurso ordinário. Cabimento.....	846
	9.2.6.1.1.    Procedimento .....	847
9.2.6.2.	Do recurso extraordinário e do recurso especial. Das disposições gerais .....	848
	9.2.6.2.1.    Procedimento recurso especial .....	850
	9.2.6.2.2.    Procedimento recurso extraordinário.....	856
	9.2.6.2.3.    Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	859
9.2.6.3.	Do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	862
9.2.6.4.	Embargos de divergência. Cabimento.....	863
	9.2.6.4.1.    Procedimento .....	864
<b>Capítulo 10 – Livro Complementar</b>	.....	867
10.1.	Disposições finais e transitórias .....	867
10.1.1.	Considerações gerais.....	867
10.1.2.	Direito intertemporal.....	868
	10.1.2.1.    Regras de direito intertemporal no Código de Processo Civil.....	870
	10.1.2.2.    Regras finais.....	870
10.1.3.	Execução contra devedor insolvente.....	871
10.1.4.	Transição do processo eletrônico .....	874
10.1.5.	Questão prejudicial .....	874
10.1.6.	Prescrição .....	874
10.1.7.	Decisão inconstitucional .....	874
10.1.8.	Depósitos judiciais .....	875
10.1.9.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública .....	875
10.1.10.	Custas judiciais na Justiça Federal.....	878
10.1.11.	Nulidade da sentença arbitral .....	878
10.1.12.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	878
10.1.13.	Juizado Especial – Competência no rito sumário .....	879
	10.1.13.1.    Embargos declaratórios no Juizado Especial.....	879
	10.1.13.2.    Juizados Especiais Criminais.....	879
10.1.14.	Código Eleitoral.....	879
10.1.15.	Código Civil .....	879
10.1.16.	Estatísticas .....	880
10.1.17.	Prazo – Agravo.....	880
10.1.18.	Lei de Registros Públicos.....	880
10.1.19.	Prazos.....	882
10.1.20.	Recursos.....	882
<b>Referências Bibliográficas</b>	.....	883